



CELESC

O PREÇO DA EFICIÊNCIA É A VIDA DO TRABALHADOR?

Na última edição do Jornal Linha Viva, várias matérias alertavam os trabalhadores sobre o alto índice de acidentes de trabalho ocorridos nos últimos meses na Celesc. Em Itajaí, um trabalhador da empreiteira Mercolux substituiu uma cruzeta no poste, em rede energizada de 25Kv, quando a mesma bateu na cobertura e depois no cabo que ficou exposto, formando arco elétrico e causando queimaduras de 1º, 2º e 3º graus. Em Concórdia, um companheiro da empreiteira Marconi recebeu uma descarga de 13,8Kv, tendo as duas mãos amputadas no acidente. Em Blumenau o terceirizado da empreiteira Conserv recebeu uma descarga de 25Kv, ficando internado por vários dias e tendo o braço esquerdo amputado. Estes três acidentes, noticiados na última edição, ocorreram num período de dois meses.

Juntando dados apurados do Setor Elétrico Nacional com a triste realidade que vivenciamos (convivendo com a falta de uma gestão séria para a saúde e segurança do trabalhador, além do alto índice de trabalhadores terceirizados atingidos pela precarização das condições de trabalho, diminuição de qualificação, jornadas de trabalho mais extensas, redução de benefícios sociais e, principalmente, falta de condições seguras para o desenvolvimento da atividade laboral), os sindicatos que compõem a Intercel se reuniram com a Diretoria de Distribuição na quinta-feira, dia 04/10, para cobrar o avanço na implementação do Plano de Ação de Saúde e Segurança do Trabalhador. Este plano foi construído em conjunto pela empresa e sindicatos que compõem a Intercel, por conta da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, onde ficou evidente a gravidade dos problemas de saúde e segurança na Celesc. Já com o plano pronto, a empresa vem adiando sistematicamente a implementação e postergando o acordo com o MPT, sempre pedindo mais prazo. Enquanto isso, os trabalhadores continuam a sofrer. Cabe destacar que o cumprimento do acordo com o MPT faz parte do nosso Acordo Coletivo de Trabalho, aprovado pelos trabalhadores.

MORTE NA REDE

Por uma grande crueldade do destino, no momento em que os sindicatos reivindicavam o cumprimento do acordo com o MPT e uma ação efetiva da empresa em reunião com o Diretor de Distribuição, um companheiro terceirizado morria vítima de acidente de trabalho na cidade de Lebon Régis, Agência Regional de Videira. Segundo relatos preliminares, o empregado realizava a conexão de um cabo multiplexado de baixa tensão quando, ao posicionar o equipamento, provavelmente encostou parte deste na alta tensão, sofrendo choque elétrico.

Infelizmente não podemos dizer que o acidente foi uma fatalidade.

Dos acidentes ocorridos recentemente a grande maioria se deu por problemas nos procedimentos na hora de efetuar o trabalho. Essa sequência deixa clara a baixa qualificação e/ou a falta de treinamento adequado e reciclagem dos trabalhadores, que são expostos a condições precárias em um setor de alta periculosidade como é o setor elétrico.

A morte do companheiro terceirizado na rede da Celesc evidencia os problemas na gestão de segurança da empresa e a cruel lógica da terceirização do setor elétrico.

TERCEIRIZAÇÃO E MORTE

Conforme o estudo "Terceirização e Morte no Setor Elétrico" realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (DIEESE), a terceirização no setor elétrico Nacional já atingiu 55% da força de trabalho. Sendo assim, mais da metade dos trabalhadores convivem com condições adversas e inseguras. O reflexo disso é o grande número de acidentes com terceirizados,

que supera em até 8,45 vezes o número de acidentes com trabalhadores próprios.

Outra grande preocupação é a constante referência feita a outras empresas do setor como modelos a serem seguidos pela Celesc. O caso mais explícito é o da Cemig, que serve de base para vários planos da Celesc, inclusive para a criação de uma empresa de serviços. Dados do Sindieleto-

-MG, publicados sob o sugestivo nome de "Desbalanço Social da Cemig", apontam que "dos 107 eletricitários mortos por causa de acidentes ocorridos quando estavam a serviço da Cemig, desde 1999, 85 (79%) eram terceirizados". O "Desbalanço" ainda apresenta outro dado alarmante: há 12 anos morre um trabalhador a cada 45 dias na empresa.

CONTINUA →





EMPREITEIRAS, CONTRATOS E FISCALIZAÇÃO

As empreiteiras de mão de obra hoje são grande fonte de dor de cabeça para os trabalhadores da Celesc. Pautando-se pela lógica de redução do “custo do trabalho”, as empreiteiras expõem trabalhadores a péssimas condições sociais, de segurança e trabalho, valendo-se de contratos com graves falhas e com fiscalização questionável. Em Jaraguá do Sul não há técnico de segurança que atenda a regional. Os trabalhadores que fiscalizam as empreiteiras estão sendo pressionados pela chefia por terem reprovado determinada empreiteira, pois esta não apresentou a documentação comprobatória de que os terceirizados possuem os cursos necessários e capacitação técnica para intervir na rede da Celesc. Além disso, com a recusa dos fiscais a fazerem vista grossa à situação, foi deslocada uma equipe de Florianópolis que aprovou o início dos trabalhos, mesmo sem que todas as exigências legais contratadas fossem atendidas. A questão foi levada à Diretoria e até o momento a empreiteira não apresentou a documentação. A chefia da Regional ainda assedia os trabalhadores que apenas exigem a realização dos serviços de forma correta, garantindo a segurança na execução dos trabalhos.

Na Agência Regional de Joinville, trabalhadores terceirizados da manutenção, que via de regra apenas podem efetuar serviços com a rede desenergizada, foram deslocados para o atendimento de emergência, onde a inexperiência e falta de capacitação levou à equipe que atendia o município de Garuva a sofrer um Acidente de Trabalho. A ação dos sindicatos da Intercel junto à diretoria e Chefia da Regional retirou estes trabalhadores desta condição de insegurança.

Infelizmente, em Blumenau a mesma situação ocorreu de forma inversa. Os trabalhadores próprios foram deslocados e as empreiteiras é que estão atendendo as ocorrências emergenciais.

Recentemente a Intercel participou de um grupo de trabalho para quantificar o Quadro de Pessoal necessário para a Celesc. O GT foi fruto de uma discussão aberta pelo Ministério Público, onde foi constatado que a Celesc não cumpria a legislação no tocante ao Intervalo Intra jornadas e Hora de Almoço. Segundo o Promotor Público responsável pela discussão, a Celesc deveria apresentar um plano de contratação de Eletricistas através de concurso público e sem terceirização. Com a participação de vários chefes de Agência Regional, o trabalho delimitou o quantitativo ideal de trabalhadores próprios para efetuar os trabalhos da atividade fim da empresa. Mesmo participando da discussão alguns poucos destes chefes andam alardeando que o trabalho é ruim, e que os terceirizados são “mais eficientes” que os trabalhadores próprios. Pior. Manifestaram-se a favor da terceirização das equipes de Linha Viva.

Neste caso o primeiro ponto a se ressaltar é o argumento mentiroso de que os terceirizados são mais eficientes que os trabalhadores próprios. A verdade é que os trabalhadores terceirizados são explorados ao extremo, obrigados a jornadas excessivas com condições adversas e sempre expostos ao assédio dos patrões, ao medo da demissão e à impossibilidade de lutar pelos seus direitos. Infelizmente a terceirização retira destes trabalhadores o direito de serem representados pelos sindicatos de eletricitários, uma vez que, como empregados de empreiteiras de mão de obra, ficam representados por sindicatos de construção civil, que não conhecem das particularidades do setor e pouco fazem em defesa destes, que via de regra são eletricitários.

A incoerência, no entanto, fica na proposta de terceirização das equipes de Linha Viva, uma vez que o discurso da atual diretoria é pelo fortalecimento desta área. As próprias ações da diretoria demonstram a intenção de remontar a Linha Viva e valorizar o trabalhador qualificado, com a concessão do Adicional de Linha Viva e a renovação da frota. Infelizmente alguns chefes (e ex-chefes) ainda acreditam que em prol de uma tão incensada “eficiência” e do lucro desenfreado o trabalhador deva viver pondo sua vida em risco. Os sindicatos que compõem a Intercel manifestaram o repúdio à intenção de terceirizar a Linha Viva, assim como qualquer área da empresa. Este trabalho deveria ser apresentado ao MP como um sinal de adequação da empresa, mas novamente a Celesc pediu mais prazo.

E AGORA?

A vida do companheiro morto na última quinta-feira não vai voltar. Nem os membros amputados crescerão de volta e as cicatrizes dos acidentes deixarão de existir. Mas o futuro pode ser melhorado com o comprometimento da diretoria da empresa. Não é de hoje que os trabalhadores da Celesc reivindicam através das pautas de negociação do ACT autonomia para a área de Segurança da empresa. É necessária uma ampla reformulação na Política de Segurança, Saúde e Medicina do Trabalho que contemple a vinculação da área à Presidência e a eleição para o coordenador de segurança e medicina do trabalho, entre outros, evitando a indicação política de profissionais sem qualificação para um cargo tão importante na empresa, que trata de vidas dos trabalhadores. Dentro desse contexto, podemos lembrar aos celesquianos o vasto trabalho realizado pelos sindicatos que compõem a Intercel na solução desses problemas, realizando inclusive Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com grande participação dos trabalhadores em defesa do trabalho seguro. Enquanto não houver um engajamento verdadeiro da gestão da área de segurança da Celesc, o trabalho realizado continuará pífio.

As ferramentas para um futuro sem acidentes estão todas à mão. Chegou a hora da Celesc tratar as ações da Intercel, do Ministério Público e a Gestão da Divisão de Saúde e Segurança com prioridade. Precisamos de trabalhadores próprios com boas condições de trabalho, boas condições sociais e principalmente, precisamos de uma gestão responsável na saúde e segurança do trabalhador, com a implementação do plano de ação construído com o apoio da Intercel.

TRACTEBEL

PCR da Tractebel: falta muita coisa

Desde sua implantação o Plano de Cargos e Remuneração da Tractebel tem sido alvo de muitas críticas e dúvidas. A Intersul tem buscado negociar com a empresa as principais questões levantadas pelos trabalhadores e que fizeram parte seguidamente da pauta de reivindicações desde a implantação do PCR. Inicialmente e, por vários anos, buscamos resolver as pendências diretamente com a Tractebel, durante as negociações de data base. Inconformados com os resultados pífios e a pouca importância dada pela empresa às questões de fundo reivindicadas pelos trabalhadores, a Intersul solicitou em meados de 2008, a intermediação da SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na negociação do PCR da Tractebel. Foram várias reuniões durante os anos de 2008 e 2009 sem que objetivamente, houvesse avanços significativos na resolução das questões levantadas. Diante do impasse, em 2011 a Intersul solicitou nova mediação, desta vez do Ministério Público do Trabalho – MPT. Foram três reuniões mediadas pelo MPT sendo a empresa representada pelo Diretor Administrativo e pela gerência do RH. Na última reunião no MPT, que aconteceu em 13/06/12, a empresa se comprometeu a retomar as negociações com a Intersul, tendo como foco as questões discutidas naquela instância. Na reunião ocorrida no dia 24/08/2012, apesar das expectativas criadas, a empresa se limitou a fazer uma apresentação sobre o PCR com algumas sinalizações positivas que ainda estavam sendo avaliadas pela Diretoria. De efetivo até agora tivemos o seguinte:

- **Melhoria nas informações sobre o PCR no portal, ainda insuficientes no nosso entendimento.**
- **Alteração da base de cálculo do adicional de periculosidade, com a inclusão da gratificação de função, dos empregados da carreira gerencial.**

Entendemos ser importantes os avanços estabelecidos, mas insuficientes e não atendem a maioria dos empregados. Questões importantes ficaram sem resposta efetivas tais como:

- **a retirada dos adicionais legais da remuneração de referência para enquadramento no PCR;**
- **a adoção de movimentação por antiguidade para os empregados da carreira gerencial;**
- **a retirada dos limites de concessão do adicional de antiguidade (130%) para os empregados das carreiras não gerenciais;**
- **o registro do PCR na SRTE.**

Considerando que a empresa solicitou mais tempo para apresentar uma resposta para estas questões, a Intersul enviou correspondência buscando agendar para o último dia 09/10, outra reunião para tratar das questões referidas, que até o momento a empresa sequer respondeu. É importante afirmar que só aceitamos negociar o PCR diretamente com a empresa, sem a mediação do MPT porque houve naquela instância, o compromisso de continuar discutido administrativamente as questões pendentes. Continuamos apostando no diálogo, mas se a situação persistir, teremos que novamente buscar a intermediação do MPT. Na medida em que não está havendo solução para aquelas questões levantadas, na pauta novas questões estão aparecendo e merecem também a atenção da empresa, tais como:

- **o enquadramento em no mínimo 100% da faixa salarial dos trabalhadores com 03 anos ou mais na função e;**
- **a revisão do enquadramento dos trabalhadores que optaram em permanecer no Plano Benefício Definido – BD, equiparando-os com seus paradigmas.**

No entendimento da Intersul é fundamental que estas questões sejam tratadas antes da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho e, portanto aguarda o agendamento de uma data.

Renovação das concessões, redução de tarifas e possíveis impactos aos trabalhadores

O governo federal anunciou, por meio da Medida Provisória 579, um conjunto de ações para o setor elétrico. Para diminuir as tarifas de energia, serão eliminados dois encargos, reduzido em 75% outro e antecipada a data final das concessões, que terminariam nos próximos 60 meses. Com a antecipação do vencimento das concessões, empresas que fizeram a adesão a este modelo e que tenham investimentos a serem amortizados e depreciados receberão antecipadamente esses recursos e passarão a gerar e transmitir energia recebendo um valor pela prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverá ser regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). De acordo com o governo, com essas mudanças, haverá uma redução das tarifas de, em média, 20,2%, sendo 7,0 pontos percentuais por conta das mudanças nos encargos e 13,2 pontos percentuais devido à renovação das concessões. O efeito para os consumidores residenciais está estimado em 16,2%. Para os demais, a redução variará de 19 a 28%, já que os custos com transmissão e distribuição desses consumidores são menores. Para melhor entender as razões dessas medidas, é preciso considerar que o setor elétrico brasileiro passou por profundas mudanças desde a década de 1990. As mudanças significaram a introdução de uma lógica mercantil no setor, especialmente na geração e na comercialização da energia. O discurso foi, por um lado, de garantir o fornecimento por meio da ampliação da ofer-

ta e, por outro, através da concorrência, conquistar a modicidade tarifária. Contraditoriamente, ao longo desses anos, vivemos um período de racionamento, pequenos e grandes apagões, enquanto a tarifa tornou-se uma das mais caras do mundo, apesar de a energia elétrica brasileira ser proveniente de hidrelétricas – uma das fontes mais limpas e baratas. Essa situação tem sido atribuída à estrutura tributária e de encargos incorporados na tarifa, no entanto, mesmo quando se mede apenas os custos com geração, transmissão e distribuição, o país figura entre os que têm a energia elétrica mais cara do mundo. Por esta razão, apesar de ser um serviço público, o setor se transformou em um dos grandes geradores de lucros. Nos últimos cinco anos, entre as 12 maiores distribuidoras de dividendos aos acionistas, nove são empresas de energia elétrica. Essa situação ocorreu ainda em um contexto de profunda precarização do trabalho, marcada pela regressão nas condições de segurança, aumento do número de mortes no setor, especialmente entre os trabalhadores terceirizados, já que mais de 50% da mão de obra não são do quadro próprio das empresas. Muito da precarização do trabalho nos últimos anos pode ser atribuído ao modelo tarifário existente na distribuição, em que as empresas são estimuladas à redução dos custos operacionais. Para a agência reguladora, empresa eficiente é aquela que tem custo operacional abaixo do regulatório, independente

da forma como se dá essa redução. A consequência tem sido a precarização das condições de trabalho com parcos efeitos sobre a tarifa, tendo em vista que o peso das despesas com pessoal no custo final ao consumidor é muito pequeno. No modelo tarifário aplicado às tarifas nas empresas de distribuição, não é reconhecido grande parte do conteúdo dos acordos e normas de trabalho acertado com as entidades sindicais. Desse modo, apesar da necessária redução da conta de luz, é correto avaliar que, a partir do momento em que a Aneel passar a regular as tarifas de geração e transmissão dos empreendimentos renovados, deverá ser reproduzido o mesmo modelo de exploração dos trabalhadores existente nas empresas de distribuição. Como o modelo é incentivador da redução de custos, a cada revisão é estabelecido um novo padrão de custo operacional, sempre abaixo do anterior, reproduzindo de forma cíclica a degradação das condições de trabalho. Essa situação, hoje restrita aos que trabalham no segmento de distribuição, deverá em breve atingir os demais que atuam no setor, o que exigirá forte organização sindical para que o preço da redução tarifária não recaia sobre os trabalhadores.

Daniel dos Passos é economista do Dieese e assessora os sindicatos da Intercel e da Intersul

RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES

Intercel e Intersul bebem Concessões

Representantes dos sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul participarão nos dias 15, 16 e 17/10, em Brasília, de uma série de atividades para debater os impactos das Medidas Provisórias 577 e 579, que tratam da Renovação das Concessões do Setor Elétrico, nas empresas públicas.

A primeira atividade será uma plenária da Plataforma Operária e Camponesa para Energia, que há pouco tempo publicou através do jornal Linha Viva a visão dos trabalhadores no processo de renovação das Concessões. No dia 16 o Coletivo Nacional dos Eletricitários também debaterá as MP’s e os possíveis impactos para os trabalhadores.

No dia 17 os representantes dos Trabalhadores nos Conselhos de Administração das empresas do Grupo Eletrobras estarão reunidos com a direção das empresas para apresentar as preocupações dos trabalhadores diante do novo cenário do Setor elétrico.



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC

Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Rafael Mendes

Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 Fone (047) 3028-2161

E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindinorte.org

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

NOVA CONCEPÇÃO

*Como ia morrer, foi-lhe dado o aviso
na carne, como sempre ocorre aos seres vivos;*

*um aviso, um sinal, que não lhe veio de fora,
mas do fundo do corpo, onde a morte mora,*

*ou dizendo melhor, onde ela circula
como a eletricidade ou o medo, na medula*

*dos ossos e em cada enzima, que veicula
no processo da vida, esse contrário: a morte*

*(decidida sem que se saiba de que sorte
nem por quem nem por quê nem por que côrte*

*de justiça, uma vez que era morte de dentro
não de fora, como as que causa externa engendra).*

*Ela veio chegando ao ritmo do pulso,
sem pressa nem vagar e sem perder o impulso*

*que empurra a vida para o desenlace, para
o ponto onde afinal o sistema dispara,*

*cortando a luz do corpo ~ e a máquina pára.
Muito antes, porém, que ocorra esse colapso,*

*chega o aviso da morte, indecifrado, "lapsus
linguae", sinal errado ou mal pronunciado*

*no código de saís, ou não compreendido
deliberadamente: a gente faz ouvido*

*de mercador à voz que a morte noticia
pra não ouvi-la, já que não tem serventia*

*ouví-la e assim saber que a hora está marcada.
Só para entristecer-se ante a noite estrelada?*

*Essa é a morte de dentro, endócrina; a de fora,
a exógena, provém do acaso, se elabora*

DA MORTE

Ferreira Gullar

*na natureza ou então no tráfego ou no crime
e implacável chega, e nada nos exime*

*da injusta sentença, a moral impoluta,
a bondade, o latim, nossa boa conduta,*

*nada: a pedra que cai ou a bala perdida
sem razão nos atinge e acaba com a vida.*

*Diz-se que, dessa morte, a notícia também
nos chega, aleatória antecipação,*

*na pronúncia da brisa e dos búzios, além
do que se lê na carta e nas linhas da mão.*

*Mas, se vinda de dentro ou fora, não se altera
essencialmente o fato: a morte, por si, gera*

*um processo que altera as relações de espaço
e tempo e modifica, inverte, em descompasso,*

*o curso natural da vida: urna vertigem
arrasta tardes, sóis, desperta da fuligem*

*vozes, risos, manhãs já de há muito apagadas,
e as precipita velozmente, misturadas,*

*para dentro de si, como fazem as estrelas
ao morrer, cuja massa, ao ser prensada pelas*

*forças de contração da morte, se reduz
a um buraco voraz de que nem mesmo a luz*

*escapa, e assim também com as pessoas ocorre.
E é por essa razão que, quando um homem morre,*

*alguém que esteja perto e que apure o ouvido,
certamente ouvirá, como estranho alarido,*

*o jorrar ao revés da vida que vivera
até tornar-se treva o que foi primavera.*

